

Secretaria de
Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO

Secretaria Executiva de Assistência Social

Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Gerência de Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Boletim Informativo

Nº 02/2026

Pobreza Multidimensional

Recife, junho de 2026

Sumário

Introdução	3
1. Pobreza Monetária.....	4
2. Pobreza Multidimensional.....	7
3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Global	9
4. Pobreza Multidimensional no Brasil	12
5. Pobreza Multidimensional e sua interface no SUAS.....	14
Conclusão.....	15
Referências	16

Introdução

Historicamente, a pobreza foi classificada a partir da ausência ou insuficiência de renda, consolidando uma visão estritamente monetária que perpassou as formulações de políticas públicas ao longo do tempo. Sob esse prisma tradicional, presume-se que o incremento dos rendimentos financeiros seria suficiente para fazer desaparecer, de maneira automática, as demais privações vivenciadas pelos indivíduos. Contudo, a complexidade das desigualdades contemporâneas evidencia que a renda, de forma isolada, é incapaz de expressar a totalidade e a sobreposição de carências que afetam as populações vulneráveis.

A superação desse paradigma ganhou tração a partir dos estudos do economista e filósofo Amartya Sen, cuja abordagem das capacidades deslocou o foco analítico dos meios econômicos para os fins humanos. Ao redefinir a pobreza como a privação de capacidades básicas — ou seja, como a restrição das liberdades substantivas que permitem às pessoas levarem a vida que valorizam —, Sen lançou as bases para o conceito de pobreza multidimensional. Essa nova ótica conceitual expande o diagnóstico social para além do vetor financeiro, incorporando esferas vitais como a saúde, a educação, as condições de habitabilidade, o acesso a serviços públicos essenciais e a inserção digna no mercado de trabalho.

No âmbito internacional, a consolidação dessa perspectiva se materializou em marcos fundamentais, como a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 pelo PNUD e, posteriormente, o lançamento do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Global em 2010, desenvolvido em parceria com a *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI). No Brasil, esse debate orienta a integração de robustas bases de dados — como o Cadastro Único e a PNAD Contínua — e culmina em inovações metodológicas recentes como o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Diante desse cenário, este Boletim Informativo Nº 02/2026 busca cruzar os referenciais teóricos globais com a realidade operacional da proteção social. Sob a liderança da Vigilância Socioassistencial, o documento objetiva demonstrar como a leitura multidimensional da pobreza qualifica a atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ao destacar as privações simultâneas e riscos socioterritoriais,

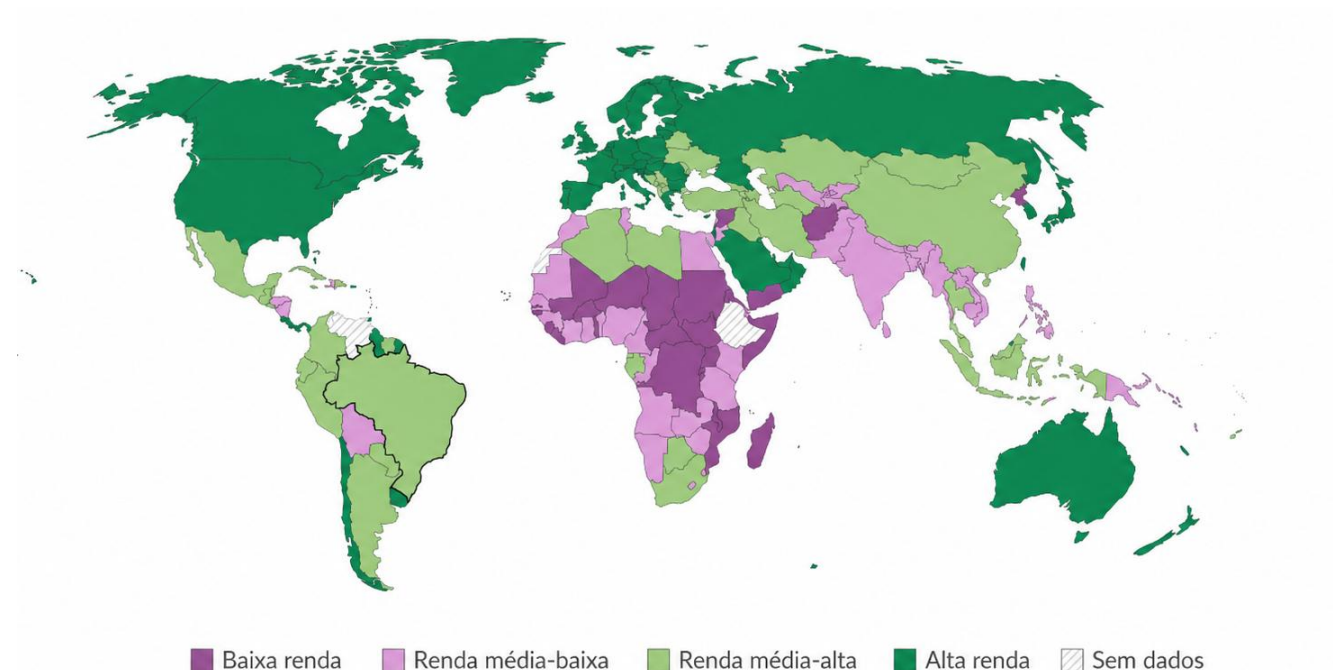
esta publicação subsidia o planejamento intersetorial e fortalece a rede socioassistencial na sua missão de promover direitos e combater as causas estruturais da desigualdade social.

1. Pobreza Monetária

Ao pensar em pobreza, naturalmente, a nomenclatura é remetida a ideia de que ser pobre é o estado a qual o indivíduo não possui o rendimento necessário para prover as necessidades básicas de sobrevivência e/ou está igual ou abaixo da chamada “linha de pobreza”. Sob este formato tradicional, as linhas de pobreza e extrema pobreza são adotadas para estipular o público que se encontra em situação de vulnerabilidade econômica e, assim, garantir políticas públicas focais e direcionadas. A linha de pobreza equivale a quem obtém a renda mínima para assegurar condições básicas de vida, a exemplo de alimentação, mas possui dificuldade em arcar com condições de saúde, educação e transporte. Por outro lado, as linhas de extrema pobreza reportam à falta de dinheiro para a própria subsistência, ocasionando risco em insegurança alimentar, desnutrição, acesso à água de qualidade, gás e/ou energia.

O Banco Mundial estabelece uma linha internacional de pobreza, tornando necessário entender o funcionamento do sistema de classificação de renda utilizado para definir esses parâmetros. Em linhas gerais, os países são distribuídos em quatro grupos: países de baixa renda, países de renda média-baixa, países de renda média-alta e países de alta renda, conforme o mapa a seguir. Os países de baixa renda são considerados em estado de extrema pobreza, enquanto os países de renda média-baixa e renda média-alta estão na linha de pobreza, sendo o último o limite para delimitar a pobreza.

Mapa 1 – Grupos de renda do Banco Mundial, 2024



Fonte dos dados: Banco Mundial (2025)

OurWorldinData.org/economic-growth | CC BY

Nota: Os países são agrupados com base na classificação de renda para cada ano respectivo. Isso significa que a membro do grupo pode mudar ao longo do tempo. Venezuela e Etiópia estão atualmente não classificadas.

Em sua origem, as linhas internacionais de pobreza do Banco Mundial utilizam o dólar por Paridade do Poder de Compra (PPC) em vez do dólar comercial. Esse indicador ajusta o poder aquisitivo ao custo de vida local, tornando as comparações globais de renda e consumo mais justas. A padronização é feita a partir de indicadores de renda ou consumo familiar obtidos em pesquisas domiciliares de cada país (como a PNAD Contínua, no Brasil). Vale destacar que a métrica atual utiliza como referência a PPC 2021, calculada pelo *International Comparison Program* (Programa de Comparação Internacional) e publicada em maio de 2024.

A tabela abaixo remete as linhas gerais de pobreza conforme o banco mundial. Para uma melhor compreensão, também é apresentado o valor da conversão do dólar (US\$) para o real (R\$) e o montante utilizado pelo IBGE. Em 2022, o dólar equivalia a aproximadamente R\$ 5,09, enquanto, em 2024, correspondia a R\$ 5,17 e, em 2025, R\$ 5,63, conforme a Receita Federal.

Tabela 1 - Linhas Gerais de Pobreza

Ano	Aspecto	Banco Mundial	Banco Mundial em R\$	IBGE
2022	Pobreza	US\$ 6,85 PPC por dia	~ R\$ 34,86 por dia ~ R\$ 1.045 por mês	R\$ 665 por mês
	Extrema Pobreza	US\$ 2,15 PPC por dia	~ R\$ 10,94 por dia ~ R\$ 328 por mês	R\$ 209 por mês
2024	Pobreza	US\$ 6,85 PPC por dia	~ R\$ 35,41 por dia ~ R\$1.062 por mês	R\$ 694 por mês
	Extrema Pobreza	US\$ 2,15 PPC por dia	~ R\$ 11,11 por dia ~ R\$ 333 por mês	R\$ 218 por mês
2025	Pobreza	US\$ 8,30 PPC por dia	~ R\$ 46,72 por dia ~R\$ 1.401 por mês	R\$ 738 por mês
	Extrema Pobreza	US\$ 3,00 PPC por dia	~ R\$ 16,89 por dia ~ R\$ 506 por mês	R\$ 267 por mês

Fonte: Dados do Banco Mundial e IBGE, 2025.

Embora o Brasil não tenha uma linha nacional de pobreza única e fixa, ele utiliza como base as linhas internacionais de pobreza do banco mundial, convertendo em reais pela metodologia de PPC. Por este motivo, os valores adaptados pelo IBGE para o contexto brasileiro tornam-se menores do que uma conversão monetária direta, buscando refletir o custo de vida e o poder de compra interno da população brasileira, como nos mostra a tabela 01. Além disso, segundo o Banco Mundial, em 2024, o Brasil esteve atribuído aos países de renda média-alta (conforme figura 01), cuja renda familiar per capita estipula-se de US\$ 6,85 PPC/dia, o equivalente a R\$ 694,00 por mês, em valores corrigidos e convertidos pelo método de PPC.

Por sua vez, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) classifica as famílias de acordo com a renda mensal *per capita*, permitindo identificar diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente, o público-alvo é segmentado em quatro faixas de rendimento: aquelas com renda de até R\$ 109,00 por pessoa; as que recebem entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00; as de baixa renda, que ganham entre R\$ 218,01 e meio salário-mínimo; e as que possuem renda superior a meio salário-mínimo. Essa classificação subsidia o planejamento, a gestão e o acesso a benefícios e serviços públicos, uma vez que programas como o Bolsa Família utilizam esses critérios específicos de renda para definir a

elegibilidade dos beneficiários. Entretanto, essa abordagem unidimensional centrada, sobretudo, na insuficiência de renda, embora tenha suas vantagens em termos de simplicidade e comparabilidade, tem sido constantemente questionada por suas limitações em captar a natureza multifacetada da pobreza (MEDEIROS, 2012; SEN, 1999). Assim, mesmo com a renda similar, a depender da dimensão, as condições de vida vivenciada entre os indivíduos são diferentes. Nesse contexto, solidifica uma abordagem mais ampla, que interpreta a pobreza como um fenômeno multidimensional, englobando dimensões sociais, econômicas e políticas (ATKINSON, 2019). Sendo assim, o avanço nos estudos acerca do conceito de pobreza viabiliza a compreensão de pobreza em suas múltiplas expressões de desigualdade.

2. Pobreza Multidimensional

Diferentemente da ótica monetária, a pobreza multidimensional é um conceito que vai além da análise tradicional baseada apenas na renda. Ela considera que a pobreza não se limita à falta de recursos financeiros, mas também envolve privações simultâneas em diferentes dimensões da vida humana, como saúde, educação, trabalho, moradia, segurança, acesso a serviços e participação social.

A transição do paradigma monetário para o multidimensional foi fortemente influenciada pelo trabalho pioneiro de Amartya Sen. Ele desenvolveu a abordagem das capacidades, que propõe uma visão mais ampla e humanizada da pobreza e do bem-estar. Para Sen, a pobreza não deve ser entendida apenas como baixa renda, mas como privação de capacidades básicas – as liberdades substantivas que permitem as pessoas levar o tipo de vida que valorizam (SEN, 1999).

Essa visão multidimensional da pobreza tem implicações profundas para sua mensuração e enfrentamento. Ao deslocar o foco dos meios (renda) para os fins (liberdades substantivas), Sen enfatiza que o bem-estar deve ser avaliado com base nas oportunidades reais que os indivíduos têm para realizar ações e alcançar estados desejáveis.

Tabela 2 – Pobreza Monetária x Pobreza Multidimensional

Pobreza Monetária	Pobreza Multidimensional
Baseada apenas na renda	Considera diversas dimensões da vida
Mede insuficiência financeira	Mede privações sociais e estruturais
Foco econômico	Foco social e humano
Indicador limitado	Indicador mais amplo

Fonte: Elaborado pela Coordenação de Vigilância Socioassistencial de SEASS.

Logo, a partir da tabela 2, entendemos que a abordagem multidimensional parte da ideia de que a vida humana não pode ser reduzida a um valor em dinheiro. Uma pessoa pode ter renda mínima suficiente para sua subsistência, mas viver em uma casa sem saneamento básico, sem acesso à escola de qualidade, à saúde ou a oportunidades de trabalho. Esse viés amplia a noção tradicional de pobreza e busca compreender como diferentes fatores — econômicos, sociais, culturais e institucionais — interagem na produção da desigualdade e da exclusão social.

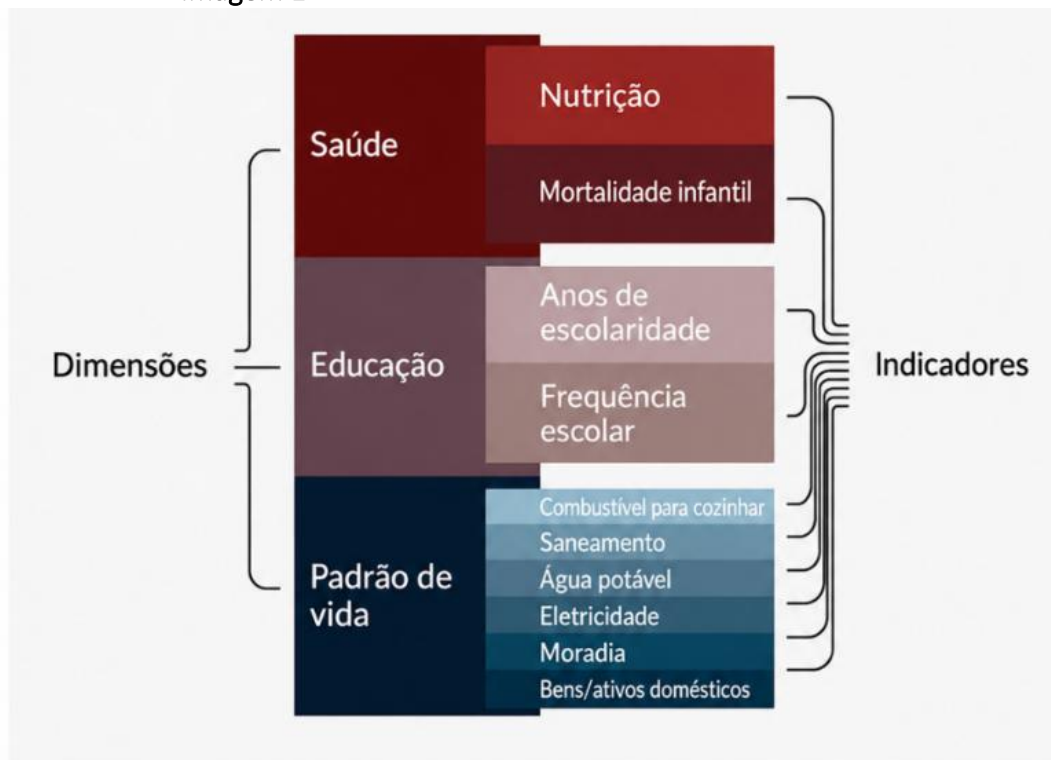
A perspectiva multidimensional da pobreza ganhou tanto relevo que, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) a incorporou à Agenda 2030 por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos interconectados buscam enfrentar os principais desafios sociais, econômicos e ambientais em escala global e nacional. Merece destaque o Objetivo 1, que propõe “erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares” (grifo nosso), reconhecendo que esse fenômeno ultrapassa a esfera exclusivamente monetária e se manifesta por meio de múltiplas privações, como a falta de acesso à saúde, educação, moradia digna, alimentação adequada e oportunidades sociais. Assim, ao adotarmos esse conceito, conseguimos elaborar políticas públicas mais eficazes e integradas, que não se limitem a transferências de renda, mas enfrentem as causas estruturais da pobreza.

3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Global

A partir do ponto de vista multidimensional, organismos internacionais passaram a desenvolver instrumentos capazes de mensurar a pobreza para além da renda, considerando a complexidade das desigualdades sociais contemporâneas. Nesse cenário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destacou-se como uma das principais instituições internacionais voltadas à produção de indicadores sociais e ao monitoramento do desenvolvimento humano em escala global. Vinculado ao sistema das Nações Unidas, a organização desempenhou um papel fundamental na ampliação do debate sobre desenvolvimento ao ultrapassar parâmetros estritamente econômicos, especialmente a partir da criação, em 1990, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que passou a considerar dimensões como renda, educação e duração da vida na avaliação da qualidade de vida das populações.

Posteriormente, em parceria com a OPHI, o PNUD contribuiu para a formulação do IPM, consolidando uma abordagem mais abrangente da pobreza. A OPHI tornou-se referência internacional nos estudos sobre pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano, especialmente pela elaboração do método Alkire-Foster, desenvolvida por Sabina Alkire e James Foster, que possibilita identificar e mensurar múltiplas privações simultaneamente vivenciadas pelos indivíduos e famílias, considerando dimensões relacionadas à saúde, educação e padrão de vida, conforme a imagem a seguir.

Imagem 1 – Índice de Pobreza Multidimensional Global



Fonte: HDRO e OPHI.

O Índice de Pobreza Multidimensional, conforme dito anteriormente, é uma medida que permite calcular e analisar a pobreza para além da renda, considerando múltiplas privações vivenciadas pelos indivíduos e famílias em diferentes dimensões da vida, possibilitando uma compreensão mais ampla das vulnerabilidades sociais e subsidiando a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas mais eficazes.

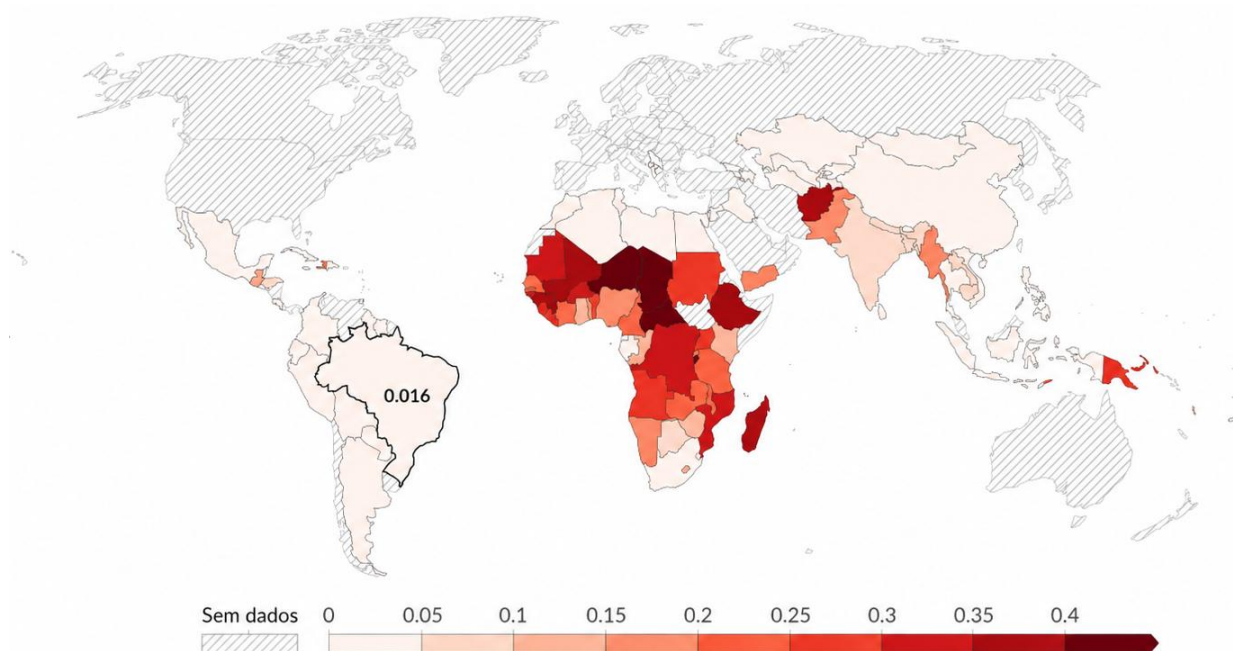
A partir do método Alkire-Foster as diferentes privações que podem afetar a vida das pessoas são identificadas, considerando aspectos como educação, saúde, moradia, trabalho e acesso a serviços básicos. Para cada um desses aspectos, são definidos critérios que permitem verificar se uma pessoa ou família está ou não privada daquela condição. Em seguida, essas privações são reunidas para formar um panorama mais amplo das condições de vida do indivíduo ou da família. Após essa identificação, calcula-se o total de privações acumuladas. Quando esse conjunto de carências ultrapassa um limite previamente estabelecido, a pessoa ou família passa a ser considerada pobre multidimensional. Dessa forma, a pobreza

deixa de ser analisada apenas pela renda e passa a incorporar outras dimensões essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida.

Doravante a essa classificação, o método produz duas medidas principais: a primeira é a incidência da pobreza, que indica a proporção de pessoas consideradas pobres multidimensionais em uma determinada população e a segunda é a intensidade da pobreza, que mostra o quanto essas pessoas estão privadas, em média, nas diferentes dimensões analisadas. Assim, a combinação dessas duas medidas resulta no IPM, indicador que permite compreender não apenas quantas pessoas vivem em situação de pobreza, mas também a profundidade das privações que enfrentam.

No IPM global, as três dimensões possuem o mesmo peso ($\frac{1}{3}$ cada). Dentro delas, cada indicador também recebe um peso proporcional. Por exemplo, saúde tem dois indicadores, cada um vale $\frac{1}{6}$ do total. Assim, uma família pode ser considerada pobre se acumular privações equivalentes a pelo menos 33% dos indicadores.

Mapa 2 – Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)



Fonte dos dados: Alkire et al. (2025) - The Global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2025

OurWorldinData.org/poverty | CC BY

Nota: Estimativas baseadas nos dados da pesquisa domiciliar mais recente (entre 2013 e 2023). Um [conjunto de dados separado](#) é produzido para monitorar tendências ao longo do tempo.

O mapa 2 apresenta o IPM Global, considerando privações simultâneas em diferentes dimensões do bem-estar, como saúde, educação e padrão de vida. O indicador varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 representam maiores níveis de pobreza multidimensional. Observa-se que os maiores índices estão concentrados principalmente em países da África Subsaariana, evidenciados pelas tonalidades mais escuras do mapa, indicando uma combinação mais intensa e disseminada de privações. Em contrapartida, países da Europa, América do Norte e parte da América do Sul apresentam índices mais baixos, refletindo menores níveis de pobreza multidimensional.

No caso do Brasil, o IPM registrado é de 0,016, valor considerado baixo quando comparado ao cenário global, demonstrando que, embora existam situações de vulnerabilidade social, a incidência e a intensidade das privações multidimensionais são relativamente reduzidas em comparação aos países com maiores índices. Dessa forma, o mapa evidencia as desigualdades existentes entre os países e reforça a importância da análise multidimensional da pobreza, que ultrapassa a perspectiva exclusivamente monetária e considera diferentes aspectos que influenciam as condições de vida da população.

Assim, o IPM constitui uma importante ferramenta para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, pois permite identificar não apenas a proporção da população em situação de pobreza, mas também as dimensões em que as privações são mais acentuadas, subsidiando ações mais direcionadas e efetivas no enfrentamento das desigualdades sociais.

4. Pobreza Multidimensional no Brasil

No contexto brasileiro, a adoção de indicadores multidimensionais tem contribuído para ampliar a compreensão das desigualdades sociais, permitindo identificar vulnerabilidades que não seriam captadas apenas pelos critérios de renda. Diferentes estudos e instituições adaptam essa metodologia às especificidades nacionais, considerando indicadores relacionados às condições de vida da população brasileira. Além disso, essa abordagem tem se mostrado fundamental para o planejamento e a implementação de políticas públicas mais efetivas, especialmente no âmbito do SUAS, ao possibilitar diagnósticos mais precisos sobre as condições de vida da população e suas diferentes formas de privação.

Assim, o estudo da pobreza multidimensional no Brasil representa uma importante ferramenta para a formulação de estratégias voltadas à redução das desigualdades e à promoção da inclusão e do desenvolvimento social.

A produção e o monitoramento de indicadores de pobreza multidimensional dependem da integração de diversas bases de dados e sistemas de informação, destacando-se:

- O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico);
- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua);
- O Censo Demográfico do IBGE;
- Os Sistemas de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);
- E a Síntese de Indicadores Sociais (SIS).

Essas bases reúnem informações sobre educação, trabalho, moradia, acesso a serviços públicos, composição familiar, proteção social e características territoriais, possibilitando uma análise mais abrangente das vulnerabilidades sociais. Além disso, a partir das bases do CadÚnico, em 2024, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) lançou o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD).

Este índice é uma importante ferramenta para medir as vulnerabilidades das famílias inscritas no CadÚnico, a partir de 40 indicadores, sintetizadas em seis dimensões: *necessidades de cuidados, desenvolvimento na primeira infância, desenvolvimento de crianças e adolescentes, trabalho e qualificação de adultos, disponibilidade de recursos e condições habitacionais*. Para cada dimensão é calculado um índice sintético que expressa a proporção de indicadores em situação de vulnerabilidade. Posteriormente, a média dos índices obtidos em cada uma das seis dimensões compõe o valor final do IVCAD, representando o grau médio de vulnerabilidade da família considerando os diferentes aspectos analisados. O IVCAD varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior nível de vulnerabilidade social. Dessa forma, quanto maior o resultado, maior é a quantidade de privações e situações de vulnerabilidade identificadas entre as dimensões avaliadas

5. Pobreza Multidimensional e sua interface com o SUAS

A Política de Assistência Social atua diretamente junto às famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social decorrentes de múltiplas privações. Nesse sentido, a compreensão da pobreza em sua dimensão multidimensional fortalece a capacidade de identificação das demandas sociais presentes nos territórios.

Muitas das situações acompanhadas pelos serviços socioassistenciais evidenciam que a pobreza ultrapassa a insuficiência ou ausência de renda. Questões como baixa escolaridade, dificuldades de acesso aos serviços públicos, fragilidade dos vínculos familiares e comunitários, insegurança alimentar, trabalho precário e exclusão social são exemplos de privações que impactam diretamente a qualidade de vida das famílias atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS constitui um importante instrumento de proteção social no Brasil, sendo responsável pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade social. Embora o enfrentamento da pobreza multidimensional exija a atuação articulada de diversas políticas públicas, o SUAS desempenha papel estratégico ao promover o acesso a direitos e fortalecer a capacidade protetiva das famílias e comunidades.

Por meio dos serviços ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e demais unidades socioassistenciais, o SUAS atua na identificação de vulnerabilidades, no acompanhamento familiar, na prevenção de situações de risco social e na articulação com outras políticas setoriais, como saúde, educação, habitação, trabalho e segurança alimentar. Além disso, benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os programas de transferência de renda, contribuem para a redução das desigualdades e para a garantia de condições mínimas de sobrevivência e dignidade.

Dessa forma, a incorporação da perspectiva multidimensional no planejamento da política de assistência social possibilita uma leitura mais qualificada das necessidades da população. Nesse processo, a Vigilância Socioassistencial desempenha papel fundamental ao produzir, sistematizar e analisar informações sobre vulnerabilidades, riscos e demandas presentes nos territórios.

Assim, através dos indicadores de pobreza multidimensional, é possível identificar quais dimensões apresentam maiores níveis de privação, subsidiando a definição de prioridades, a ampliação da cobertura dos serviços e o fortalecimento das ações intersetoriais.

Conclusão

Os conceitos apresentados neste Boletim Informativo consolidam a premissa de que o enfrentamento à pobreza exige a superação definitiva dos paradigmas estritamente monetários. Conforme fundamentado pela teoria das capacidades de Amartya Sen e pelas metodologias globais e nacionais de mensuração — como o IPM e o recém-instituído IVCAD —, a vulnerabilidade social é um fenômeno multidimensional e multifacetado. Ela se manifesta de forma simultânea na ausência de renda, mas de modo crucial nas barreiras de acesso à educação de qualidade, à saúde, ao saneamento básico, à segurança alimentar e a uma moradia digna.

Neste cenário, as evidências reforçam que as famílias mais vulneráveis acumulam privações estruturais que restringem suas liberdades substantivas e perpetuam ciclos históricos de desigualdade. Diante dessa complexidade estrutural, o SUAS posiciona-se como uma política pública de proteção estratégica e indispensável. A atuação matricial do SUAS, capilarizada na rede socioassistencial, transcende a lógica da simples transferência de renda ao promover o acompanhamento familiar integral, a articulação intersetorial e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Por fim, as informações trazidas por este Boletim delegam à Vigilância Socioassistencial a missão contínua de produzir diagnósticos socioterritoriais precisos e indicadores refinados. Somente por meio da qualificação permanente da gestão da informação será possível subsidiar o planejamento governamental e desenhar políticas públicas intersetoriais integradas. Desse modo, garante-se que o desenvolvimento social nos territórios seja mensurado não apenas pelo crescimento econômico, mas pela expansão real das capacidades de sua população, cumprindo o preceito ético e global estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás.

Referências

Alkire, Sabina; Santos, María Emma (2011): Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries, Proceedings of the German Development Economics Conference, Berlin 2011, No. 3, ZBW - Deutsche Zentralbibliothek für Wirtschaftswissenschaften, Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft, Kiel und Hamburg.

ATKINSON, Anthony B. Measuring poverty around the world. Princeton: Princeton University Press, 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Caderno de Estudos n. 34: Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Caderno de Estudos n.39: Desenvolvimento Social em Debate – Índices Multidimensionais de Pobreza. Brasília, DF: MDS, 2025.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Tabelas para conversão de moeda estrangeira. Brasília, DF: Receita Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/conversao>

FERES, Juan Carlos; VILLATORO, Pablo. Cadernos de Estudos n.15: Desenvolvimento Social em Debate - A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. Brasília, DF: MDS, 2013.

HASELL, Joe; ROHENKOHL, Bertha; ARRIAGADA, Pablo; ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max. Multidimensional Poverty Index (MPI). Our World in Data, 2025. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/multidimensional-poverty-index-mpi?mapSelect=~BRA>.

HASELL, Joe; ROHENKOHL, Bertha; ARRIAGADA, Pablo; ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max. Poverty. Our World in Data, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/poverty>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2023 e 2024. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 03 dez. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45344-8-6-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-entre-2023-e-2024>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>.

MEDEIROS, Marcelo. Medidas de desigualdade e pobreza. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ROHENKOHL, Bertha; ARRIAGADA, Pablo. How does the World Bank classify countries by income? Our World in Data, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://ourworldindata.org/world-bank-income-groups-explained>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). Oxford: University of Oxford, [s.d.]. Disponível em: <https://ophi.org.uk/>.

SEN, A. Development as Freedom. New York, Alfred A. Knopf, 1999.

WORLD BANK. ICP 2021. Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/ICP-Annual-PPPs/id/1da9d9a2>.

WORLD BANK. June 2025 update to global poverty lines. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2025/06/05/june-2025-update-to-global-poverty-lines>.

WORLD BANK. Poverty and Inequality Platform Methodology Handbook. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://worldbank.github.io/PIP-Methodology-2022-04/index.html>.



Centro de
Desenvolvimento
e Cidadania

EXPEDIENTE

Documento elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) por meio da Coordenação de Vigilância Socioassistencial em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC).

Coordenação de Vigilância Socioassistencial: José Maurício de Almeida Lopes

Equipe Técnica de Vigilância Socioassistencial: Ana Beatriz de Melo Rocha, Renally da Silva Araújo, Rhaiana Luama Carneiro Duarte, Rute Cristina Coelho Batista e Sidney Marques Cavalcanti.